Ibitiúva Bioenergética S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Ibitiúva Bioenergética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ibitiúva Bioenergética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 23 de abril de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CNPJ N° 09.541.336/0001-36
NIRE N° 42 3 0003373-1
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração de Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Ibitiúva" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para construir e gerenciar o projeto e a operação da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética ("UTE Ibitiúva" ou "Usina"). A Usina possui capacidade instalada de 33,0 MW[1] e garantia física de 22,9 MW médios, utilizando como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol da Usina Andrade Açúcar e Álcool.

A autorização para a Usina foi outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em favor do Consórcio Andrade (Consórcio). O Consórcio, do qual a Ibitiúva e a Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. participam com 72,9% e 27,1%, respectivamente, foi criado para a implantação e operação da UTE Ibitiúva.

O Consórcio vendeu 20,0 MW médios de energia no primeiro leilão de energia de reserva promovido pela Aneel. O referido leilão foi realizado em 14.08.2008 e garantiu ao empreendimento a venda de energia por um período de 15 anos, a partir de abril de 2010.

A operação comercial da UTE Ibitiúva foi iniciada em 27.05.2010. A Usina está localizada no município de Pitangueiras (SP).

A Ibitiúva não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia é exercido pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada da ENGIE Brasil Energia, que participa com 95,0% do capital integralizado da Companhia. A Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A., que em 01.04.2019 incorporou a Andrade Açúcar e Álcool, detém os demais 5,0% do capital da Ibitiúva.

---

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

Sediada em Florianópolis, a EBE é uma operadora de infraestruturas em energia, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Em 2019, a EBE passou também a atuar no segmento de transporte de gás natural, com aquisição, em conjunto com outros sócios, da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG.

A Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A., controlada indireta pela Tereos Internacional S.A, é proprietária de uma unidade produtora de açúcar e álcool com capacidade de processamento de 3.000.000 (três milhões) de toneladas de cana-de-açúcar por ano.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,5% a.a., enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração total bruta da UTE Ibitiúva foi de 172,0 GWh, inferior em 2,5% a geração verificada em 2018, que foi de 176,5 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 97,7%, 3,6 p.p. acima do verificado em 2018, ano em que registrou 94,1%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 66,8%, 0,9 p.p. superior ao obtido em 2018, de 65,9%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2019	2018	Variação %
Receita líquida de vendas	34.813	33.565	3,7
Lucro bruto	24.112	21.435	12,5
Margem bruta	69,3%	63,9%	5,4 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	23.947	21.261	12,6
Ebitda (Lajida)	30.285	27.591	9,8
Margem Ebitda (Lajida)	87,0%	82,2%	4,8 p.p.
Resultado financeiro	1.279	1.726	(25,9)
Lucro líquido do exercício	23.470	20.925	12,2

b) Comentário sobre as principais variações

O acréscimo do Ebitda e do lucro líquido do exercício decorre, substancialmente, da redução dos custos com a compra de energia e os serviços de terceiros e aumento de receita, motivado pelo reajuste dos contratos. Adicionalmente, houve redução das receitas financeiras líquidas em função da diminuição das taxas de juros, impactando, desta forma, a renda de aplicações financeiras entre 2019 e 2018.

6. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

8. Agradecimentos

A Administração da Ibitiúva agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2019.

A Administração

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.098	35.305
Contas a receber de clientes	5	3.030	2.917
Penalidades a ressarcir	6	2.487	3.395
Estoques		909	882
Outros ativos circulantes		226	238
		38.750	**42.737**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	7	2.071	2.230
Mútuo entre partes relacionadas	8	11.662	13.117
Outros ativos não circulantes		100	90
		13.833	**15.437**
Imobilizado	9	**43.733**	**50.018**
Intangível		**231**	**268**
		57.797	**65.723**
TOTAL		**96.547**	**108.460**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	1.966	2.216
Financiamento	12	4.089	7.944
Dividendos	13	16.286	1.988
Penalidade a pagar	6	1	3.395
Outros passivos circulantes		455	596
		22.797	**16.139**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	12	310	4.374
Provisão para contingência cível		120	122
		430	**4.496**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		38.501	38.501
Reservas de lucros		34.819	38.501
Dividendos adicionais propostos		-	10.823
		73.320	**87.825**
TOTAL		**96.547**	**108.460**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**14**	**34.813**	**33.565**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização		(6.338)	(6.330)
Materiais e serviços de terceiros		(2.616)	(2.914)
Pessoal		(565)	(470)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(354)	(453)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(98)	(104)
Energia elétrica comprada para revenda		-	(1.209)
Outros		(730)	(650)
		(10.701)	**(12.130)**
LUCRO BRUTO		**24.112**	**21.435**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(165)	(174)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**23.947**	**21.261**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.506	2.105
Variação monetária sobre mútuo	8	448	719
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais		9	155
Juros e variação monetária sobre financiamento	12	(611)	(1.138)
Outras despesas financeiras, líquidas		(73)	(115)
		1.279	**1.726**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**25.226**	**22.987**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(1.756)	(2.062)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**23.470**	**20.925**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,6095**	**0,5434**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**23.470**	**20.925**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**23.470**	**20.925**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

		Capital social		Reservas de lucros				
	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		**38.508**	**(7)**	**5.464**	**33.037**	**-**	**-**	**77.002**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	20.925	20.925
Dividendos intermediários		-	-	-	(8.114)	-	-	(8.114)
Destinação proposta à AGO:								
- Reserva legal		-	-	1.046	-	-	(1.046)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(1.988)	(1.988)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	7.068	-	(7.068)	-
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	10.823	(10.823)	-
Saldos em 31.12.2018	13	**38.508**	**(7)**	**6.510**	**31.991**	**10.823**	**-**	**87.825**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	23.470	23.470
Dividendos de 2018 aprovados		-	-	-	-	(10.823)	-	(10.823)
Dividendos intermediários		-	-	-	(24.922)	-	-	(24.922)
Destinação proposta à AGO:								
- Reserva legal		-	-	1.174	-	-	(1.174)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.230)	(2.230)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	20.066	-	(20.066)	-
Saldos em 31.12.2019	13	**38.508**	**(7)**	**7.684**	**27.135**	**-**	**-**	**73.320**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**25.226**	**22.987**
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	6.338	6.330
Variação monetária sobre mútuo	(448)	(719)
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais	(131)	(155)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	611	1.138
Outros	15	18
Lucro antes dos tributos ajustado	**31.611**	**29.599**
Aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	(113)	(81)
Estoques	(27)	(44)
Penalidades a ressarcir	908	(356)
Outros ativos circulantes	(302)	(1.146)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(250)	189
Penalidade a pagar	(3.394)	365
Outros passivos	(108)	(235)
Caixa gerado pelas operações	**28.325**	**28.291**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.492)	(1.472)
Pagamento de juros sobre financiamento	(587)	(1.076)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**26.246**	**25.743**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(16)	(82)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(16)**	**(82)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamento	(7.943)	(7.920)
Dividendos pagos	(23.677)	(36.676)
Recebimento de mútuo entre partes relacionadas	1.903	1.836
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	280	1.379
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(29.437)**	**(41.381)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(3.207)**	**(15.720)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	35.305	51.025
Saldo final	32.098	35.305
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(3.207)**	**(15.720)**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Dividendos compensados	-	(965)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	315	472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Ibitiúva" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC). A Companhia foi constituída em 28.04.2008, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social construir, operar e manter unidades de geração para produção de energia elétrica, gerar créditos de carbono, participar no capital de outras companhias, quer como acionista ou sócia, e celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Companhia possui participação de 72,9% no Consórcio Andrade juntamente com a Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. ("Tereos") que detém 27,1%, após incorporação da Andrade Açúcar e Álcool, antiga sócia do consórcio, em 01.04.2019. O consórcio possui autorização para explorar a Usina Termelétrica Ibitiúva ("UTE Ibitiúva").

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o Real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 23.04.2020.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos e passivos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Estoques

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de vigência do Consórcio Andrade, visto que nessa data os ativos serão transferidos de forma não onerosa à Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.

d) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

h) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

i) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Andrade são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, principalmente, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado; e (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração.

l) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2019, estão vigentes as seguintes normas e alterações: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não possui contratos que estejam enquadrados no escopo da nova norma de arrendamento mercantil e resultem no reconhecimento de direito de uso de arrendamentos em contrapartida de arrendamentos a pagar. A Companhia optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Os contratos de arrendamento da Companhia atendem aos critérios de isenções em questão e, portanto, estão reconhecidos no resultado do exercício.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas emitidas e que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são: (i) Revisão anual do CPC n° 14/2019; (ii) Alterações no CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro; e (iii) IFRS 17 – Contratos de seguro. A Companhia não estima impactos em suas demonstrações financeiras decorrente da adoção destas normas e interpretações novas ou alteradas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	814	800
Fundo de investimento exclusivo de renda fixa	31.284	34.505
	32.098	**35.305**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2019, o saldo de R$ 3.030 (R$ 2.917 em 31.12.2018) refere-se aos valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

Não há saldos vencidos há mais de 30 dias em 31.12.2019.

NOTA 6 – PENALIDADES A RESSARCIR E A PAGAR

Referem-se ao montante líquido a receber da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. pelo ressarcimento da indisponibilidade do fornecimento de energia, motivada por insuficiência de fornecimento de insumo, que resultou em geração de energia em quantidade aquém do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER).

Conforme o contrato de consórcio, na hipótese do empreendimento deixar de fornecer a quantidade de energia elétrica devida nos termos do CER, as partes responsáveis deverão ressarcir as penalidades eventualmente aplicadas ao Consórcio ou à Ibitiúva pela indisponibilidade de energia elétrica. O saldo apresentado na rubrica "Penalidade a ressarcir" em 31.12.2019 é de R$ 2.487 (R$ 3.395 em 31.12.2018). O montante em aberto em 31.12.2019 refere-se a penalidades aplicadas em anos anteriores.

As penalidades a pagar, as quais são devidas à CCEE, decorrentes da insuficiência de geração são quitadas no mês de abril do ano subsequente à insuficiência e registradas no passivo circulante na rubrica "Penalidade a pagar". O saldo em 31.12.2019 é de R$ 1 (R$ 3.395 em 31.12.2018).

NOTA 7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

As garantias de financiamento no montante de R$ 2.071 em 31.12.2019 (R$ 2.230 em 31.12.2018) referem-se aos valores aplicados em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 8 – MÚTUO COM PARTES RELACIONADAS

Refere-se ao contrato firmado entre a Ibitiúva e a Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A., para que esta pudesse investir na aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como na execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool, com o objetivo específico de garantir o suprimento à UTE Ibitiúva da quantidade de insumos exigida nos termos do Contrato do Consórcio Andrade.

O valor vem sendo quitado em parcelas mensais e consecutivas, durante a vigência do Contrato de Energia de Reserva (CER), de junho de 2010 a maio de 2025, no valor equivalente a 3,85% do total das receitas provenientes da venda da energia elétrica gerada pelo empreendimento, calculado com base no preço original de venda da energia. O contrato prevê a atualização anual do saldo credor pela variação do IPCA, medido pelo IBGE.

a) Mutação:

Saldo em 31.12.2017	**14.234**
Variação monetária	719
Recebimento	(1.836)
Saldo em 31.12.2018	**13.117**
Variação monetária	448
Recebimento	(1.903)
Saldo em 31.12.2019	**11.662**

NOTA 9 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	6,0	11.674	(7.101)	4.573	5.318
Máquinas e equipamentos	6,1	92.009	(52.881)	39.128	44.071
Móveis e utensílios	6,3	77	(45)	32	37
		103.760	**(60.027)**	**43.733**	**49.426**
Em curso		**-**	**-**	**-**	**592**
		103.760	**(60.027)**	**43.733**	**50.018**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2017	**4.708**	**51.332**	**43**	**568**	**56.651**
Ingressos	-	-	-	55	55
Baixas	-	(387)	-	-	(387)
Transferências	1.313	(1.283)	1	(31)	-
Depreciação	(703)	(5.591)	(7)	-	(6.301)
Saldos em 31.12.2018	**5.318**	**44.071**	**37**	**592**	**50.018**
Ingressos	-	-	-	16	16
Transferências	(41)	648	1	(608)	-
Depreciação	(704)	(5.591)	(6)	-	(6.301)
Saldos em 31.12.2019	**4.573**	**39.128**	**32**	**-**	**43.733**

c) Autorização do órgão regulador

O Consórcio Andrade é detentor da autorização para geração de energia elétrica da UTE Ibitiúva, com vigência até abril de 2030.

NOTA 10 – FORNECEDORES

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de imobilizado	1.853	1.853
Fornecedores de materiais e serviços	77	308
Encargos de uso da rede elétrica	32	55
Outros	4	-
	1.966	**2.216**

Do montante total devido a fornecedores de imobilizado, R$ 1.467 refere-se a saldo cujo pagamento foi retido, em virtude de discussão judicial. A Companhia aguarda o trânsito em julgado da ação para liberação do montante. Os demais valores apresentados na rubrica "Fornecedores de imobilizado" correspondem a outras pendências contratuais.

NOTA 11 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

A Companhia está exposta a índices flutuantes relacionados às variações do TJLP, em decorrência dos saldos totais de financiamentos.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação das taxas de juros e índices	**2019**	**2020**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
TJLP	6,2%	5,6%	-0,6 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2019	**Provável**	**Δ + 25%**	**Δ + 50%**
Financiamentos				
TJLP	4.399	13	(30)	(60)

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladoria indireta ENGIE Brasil Energia realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	31.284	34.505
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	814	800
Contas a receber de clientes	3.030	2.917
Penalidades a ressarcir	2.487	3.395
Depósitos vinculados	2.071	2.230
Mútuo entre partes relacionadas	11.662	13.117
	51.348	**56.964**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	1.966	2.216
Penalidade a pagar	1	3.395
Financiamento	4.399	12.318
	6.366	**17.929**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12 – FINANCIAMENTO

a) Composição

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES						
Subcréditos "A" e "C"						
Principal	3.724	310	4.034	3.694	4.022	7.716
Encargos	11	-	11	23	-	23
	3.735	**310**	**4.045**	**3.717**	**4.022**	**7.739**
Subcrédito "B"						
Principal	353	-	353	4.219	352	4.571
Encargos	1	-	1	8	-	8
	354	**-**	**354**	**4.227**	**352**	**4.579**
	4.089	**310**	**4.399**	**7.944**	**4.374**	**12.318**

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**7.943**	**12.233**	**20.176**
Juros e variação monetária	1.084	54	1.138
Transferências	7.913	(7.913)	-
Amortização do principal	(7.920)	-	(7.920)
Pagamento dos juros	(1.076)	-	(1.076)
Saldos em 31.12.2018	**7.944**	**4.374**	**12.318**
Juros e variação monetária	601	10	611
Transferências	4.074	(4.074)	-
Amortização do principal	(7.943)	-	(7.943)
Pagamento dos juros	(587)	-	(587)
Saldos em 31.12.2019	**4.089**	**310**	**4.399**

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES – Subcrédito "A"e "C"	TJLP + 2,05% a.a. [(a)]	01.2021	Mensais
BNDES – Subcrédito "B"	4,5% a.a.	01.2020	Mensais

[(a)] O montante da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida; e (iv) fiança corporativa da controladora indireta ENGIE Brasil Energia.

e) Compromissos contratuais *(covenants)*

Os *covenants*, os quais estão sendo integralmente atingidos pela Companhia, são:

Covenants	Medição em 31.12.2019
Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80	0,2
Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3	2,0

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31.12.2019 e 31.12.2018 é de R$ 38.508, representado por 38.508.009 ações, sem valor nominal, conforme a seguir apresentado:

	Capital social			Quantidade de ações	
Acionistas	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Subscrita	Integralizada
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações (ECP)	36.583	(7)	36.576	36.582.609	36.575.609
Tereos	1.925	-	1.925	1.925.400	1.925.400
	38.508	**(7)**	**38.501**	**38.508.009**	**38.501.009**

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva legal	7.684	6.510
Reserva de retenção de lucros	27.135	31.991
	34.819	**38.501**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2019, o valor de R$ 20.066 (R$ 7.068 em 31.12.2018) foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

c) Dividendos

	31.12.2019	31.12.2018
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	23.470	20.925
Reserva legal	(1.174)	(1.046)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**22.296**	**19.879**
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	2.230	1.988
Dividendos adicionais propostos	-	10.823
Total dos dividendos anuais	**2.230**	**12.811**
Dividendos atribuídos a:		
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.	2.119	12.170
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	111	641

c.1) Composição dividendos a pagar

	31.12.2019	31.12.2018
ECP	14.289	1.889
Tereos	1.997	99
	16.286	**1.988**

c.2) Mutação dos dividendos a pagar

Saldo em 31.12.2017	**29.527**
Dividendos intermediários	8.114
Dividendos pagos	(36.676)
Dividendos compensados	(965)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.988
Saldo em 31.12.2018	**1.988**
Dividendos adicionais de 2018	10.823
Dividendos intermediários	24.922
Dividendos pagos	(23.677)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.230
Saldo em 31.12.2019	**16.286**

NOTA 14 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	36.132	34.835
Outras receitas	-	1
	36.132	**34.836**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.319)	(1.271)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**34.813**	**33.565**

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2019		31.12.2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	36.132	36.132	34.836	34.836
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	**2.891**	**4.336**	**2.788**	**4.180**
Receita financeira	1.963	1.963	2.979	2.979
Base de cálculo	**4.854**	**6.299**	**5.767**	**7.159**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(1.213)**	**(567)**	**(1.442)**	**(644)**
Redução de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(1.189)**	**(567)**	**(1.418)**	**(644)**

NOTA 16 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia

A Companhia vendeu no 1º Leilão de Energia de Reserva, através do Consórcio Andrade, 14,6 MW médios, correspondentes à sua participação na energia assegurada da UTE Ibitiúva Bioenergética. Em 31.12.2019, o valor das receitas futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 7.827 (R$ 8.993 em 31.12.2018).

b) Contrato de uso do sistema de distribuição

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista). O contrato tem vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora, em 04.04.2030. Em 31.12.2019, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 3.801 (R$ 7.027 em 31.12.2018).

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Além das operações de penalidades a ressarcir, descritas na Nota 6 – Penalidades a ressarcir e a pagar, e do Contrato de Mútuo, descrito na Nota 8 – Mútuo com partes relacionadas, a Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores desse contrato são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

NOTA 18 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2020 e o valor de cobertura é de R$ 122.435 relativa a danos materiais e R$ 52.727 relativa a lucros cessantes.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e elaborou planos de ação para evitar a contaminação da equipe operacional e administrativa. Na data dessas demonstrações contábeis os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da pandemia e, nesta data, não identificou impactos significativos em seus saldos e suas operações.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2019, da Ibitiúva Bioenergética S.A.).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

Jairo Carolinski
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0